CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR
ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Economia Solidária do Estado do Paraná,
2 coordenada pelo representante da Presidência, **Cássio Strapasson** (SETR), realizada no dia 11 de
3 Março de 2025, com início às 14:00 horas, na Secretaria do Trabalho no prédio Paraná Previdência,
4 R. Inácio Lustosa, 700 - São Francisco, Curitiba - PR, CEP 80510-000, Curitiba/PR. Participaram os
5 seguintes representantes das entidades que compõem o Conselho Estadual da Economia Solidária
6 – CEES: Cássio Strapasson Coordenador do Trabalho e Apoio e Geração e Renda (SETR) e
7 representante do presidente, **Secretário Mauro Moraes (Resolução 3932/2024)**; Rodriano de
8 Souza, representante da Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS); Maria Luísa
9 Carvalho, representante da Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia
10 Solidária – RIU/PR; Maria de Fátima de Costamilan, representante da ONG Moradia e Cidadania
11 Paraná; Rosângela Rigoni, representante da Cáritas Brasileira – Regional Paraná; Adilson Gumieiro,
12 COPAVI; Liziê Manoella Moro, Rede Mandala; Valdenir Batista Velozo Neto, SEAB; **Convidados:**
13 Durce Figueredo; Thalita Renata, SETR; cmeps; Bruno Francisco; Érica Enomoto; Janiele; Luiz
14 Pequeno; Marcos Regazzo, Ecosol; Tendo como **pauta: 1. Abertura Reunião Ordinária do**
15 **Conselho Estadual de Economia Solidária no Paraná com aprovação das pautas 2. Inscrição dos**
16 **visitantes 3. Aprovação da Ata 23ª e 24ª Reunião Ordinária 4. Calendário 2025 5. CADSOL 6..**
17 **Alteração da nova Lei de Economia Solidária 7. Conferencia estadual de Economia Solidária 8.**
18 **Encerramento da reunião.** Presidente Cássio inicia a reunião saudando todos os presentes, com as
19 boas vindas aos novos membros do conselho, que agora está formalmente constituído e
20 regularizado. Relata que houve uma nova composição, com a substituição de alguns membros, que
21 está disponibilizado no grupo de whatsapp do conselho a publicação do novo decreto que oficializa
22 a nova formação do conselho. Dessa forma, se pode agora, legal e efetivamente, retomar os
23 trabalhos em 2025. O mesmo inicia a leitura da pauta com a inscrição dos visitantes, Thalita faz as
24 devidas anotação na ordem dos inscritos. **Item 3. Aprovação das atas 23ª e 24ª reunião ordinária,**
25 Cássio coloca para aprovação dos demais conselheiros. Conselheira Maria Luisa, aprova com a
26 ressalva de correções na ata da 23ª, na linha 46 e 90, servidora Thalita fará a verificação para a
27 possível correção, tendo as atas aprovadas presidente Cássio segue para a **Item 4. Calendário de**
28 **2025,** Em relação a esse ponto, o mesmo ressalta que nos conselhos geralmente é contado com
29 grupos de trabalho e deixa as datas do primeiro semestre em aberto para definição conforme a
30 melhor conveniência, garantindo ampla participação. Não temos datas fixas para as reuniões do
31 conselho, então sugere que essa questão seja discutida em um grupo de trabalho para posterior
32 deliberação. O calendário preliminar apresenta datas até junho ou julho, considerando que já
33 estamos em março. Assim, poderemos definir um planejamento semestral adequado. O mesmo
34 pergunta se há alguma consideração sobre esse ponto? Conselheiro Rodriano fala que o regimento
35 interno estabelece que as reuniões do conselho sejam realizadas na segunda terça-feira de cada
36 mês. Esse formato já estava previsto. No entanto, as reuniões das comissões seguem um
37 calendário próprio, definido por cada comissão. Podemos confirmar essa previsão com os
38 conselheiros mais antigos, como a Maria Luiza e Rosângela. Cássio responde que Sendo assim,
39 pode manter as reuniões ordinárias conforme estabelecido no regimento, já as reuniões dos
40 grupos de trabalho podem ser agendadas conforme necessidade e conveniência. Deixando fixada
41 no grupo um calendário com as datas das reuniões ordinárias. Conselheira Rosangela pede a
42 palavra para pontuar algumas questões e pergunta se já tem quórum suficiente para o início da
43 primeira reunião ordinária de 2025. É importante também definir claramente quem são os
44 conselheiros para que possam organizar as falas e garantir a tramitação democrática do espaço.
45 Presidente Cássio responde que a verificação de quórum é um procedimento essencial no início de
46 qualquer reunião. Thalita, que está secretariando, já realizou essa conferência e constatou que

47 temos quórum suficiente. O mesmo informou no início da reunião que tanto conselheiros quanto
48 visitantes poderiam se inscrever para falar. Conselheiro Rodriano responde que acredita que a
49 questão levantada por Rosângela refere-se à chamada nominal dos conselheiros, procedimento
50 comum em reuniões de conselho. Como Thalita está com dificuldades técnicas de conexão, essa
51 chamada pode não ter sido realizada formalmente. Sugere para que seja feita. Cássio responde
52 para proceder com a chamada nominal dos conselheiros para garantir o devido registro e
53 seguirmos com a pauta, o mesmo pede para a secretária Thalita confirmar pelo chat a validação do
54 quórum, assim como foi realizado no início da reunião, **confirmados Cássio (conselheiro**
55 **representante do governo); Rosângela (representante da entidade de apoio Cáritas); Maria Luiza**
56 **(representante da entidade de apoio e Fomento RIU); Valdenir (representante do governo –**
57 **SEAB); Adilson (representante da COPAVI); Cleide (representante de empreendimento de**
58 **Londrina); Liziê (representante da Rede Mandala); Francisco (membro suplente); Luiz Alfredo**
59 **(suplente de Liziê);** Com os conselheiros devidamente apresentados foi dada a sequência na
60 pauta. Presidente Cássio fala para ser aprovado o calendário com as datas estipuladas no
61 regimento, mantendo a flexibilidade para reuniões extraordinárias conforme necessidade.
62 Conselheira Maria Luiza, pergunta se posteriormente pode se avaliar a retomada das reuniões
63 itinerantes. Conselheiro Rodriano responde que o regimento prevê reuniões itinerantes
64 trimestrais, totalizando quatro ao ano. Como iniciamos os trabalhos em março, sugere que a
65 primeira reunião itinerante ocorra no próximo mês, o mesmo relata que no ano passado, foi
66 realizado reuniões em Londrina, Maringá, Curitiba e no litoral. Havíamos sugerido incluir cidades
67 como Cascavel, Foz do Iguaçu ou Ponta Grossa para diversificar as localidades. **Item 5. CADSOL.**
68 Presidente Cássio fala que como o CADSOL está suspenso para reavaliação do processo de coleta e
69 operacionalização dos dados. A Secretaria e a Coordenação de Economia Solidária elaboraram um
70 formulário próprio para cadastro, que será amplamente divulgado. Em reunião recente com Regina
71 Cruz, do Ministério do Trabalho, foi discutido o compartilhamento desse formulário para auxiliar
72 na coleta de informações e fortalecer o cadastro estadual. A Regina considerou a iniciativa positiva
73 e está coordenando um levantamento de dados com sua equipe. Colocamo-nos à disposição para
74 colaborar e consolidar essas informações, reduzindo a dependência do CADSOL e agilizando a
75 construção de um banco de dados eficiente para o Paraná, o mesmo pede para a secretária Thalita
76 posteriormente, disponibilize novamente o formulário de cadastro no grupo para darmos
77 sequência a esse processo. Gostaria de abrir para considerações sobre esse tema, pois, conforme
78 discutimos anteriormente, o processo do CADSOL não avançará de forma tão ágil. Conselheira
79 Maria Luiza sugere que esse tema seja retomado em uma próxima reunião para aprofundar a
80 discussão. Atualmente, há diferentes iniciativas de cadastro em andamento: além do CADSOL, há
81 um novo levantamento promovido pelo Programa Paul Singer, conduzido pelo Luiz Pequeno.
82 Paralelamente, o Fórum Brasileiro também está estruturando seu próprio cadastro, com o objetivo
83 de evitar a dependência exclusiva de programas governamentais. A mesma relata que Foi
84 convidada a participar do Grupo de Trabalho (GT) sobre esse tema e manifestou sua preocupação
85 quanto à multiplicidade de cadastros e mapeamentos. Esse cenário pode gerar confusão entre os
86 empreendimentos, levando a situações em que alguns estejam registrados em determinados
87 formulários, mas não em outros. É fundamental discutir estratégias para evitar a duplicação de
88 esforços e garantir uma melhor integração entre os cadastros existentes, Ela sugere amadurecer
89 essa discussão fora desta reunião e pautar o tema de forma estruturada em um próximo encontro.
90 Além disso, precisa dialogar com os responsáveis pelo Programa Paul Singer para entender o prazo
91 estimado para a implementação do CADSOL e acompanhar o andamento do cadastro do Fórum
92 Brasileiro, que, embora adiantado, ainda requer ajustes finais. A mesma sugere que, na próxima
93 reunião, seja retomado esse tema, especialmente a questão da conferência. A mesma fala não
94 lembrar com exatidão o que havia sido decidido anteriormente, mas deixa sua proposta.
95 Conselheiro Rodriano complementa ressaltando que a conselheira Maria Luiza mencionou existe

96 uma comissão no conselho voltada para o cadastramento, e não se recorda de outras atribuições
97 definidas para essa comissão. A discussão sobre o cadastro é realmente válida, e considera
98 importante a iniciativa da Secretaria do Trabalho em criar esse formulário, algo que, inclusive,
99 surpreendeu positivamente quando viu no grupo. Durante as férias, inclusive, entrei em contato
100 com a Thalita sobre esse cadastro, no entanto, é uma questão que já está em pauta no nosso
101 conselho, em relação à validação do CADSOL. O Luiz Pequeno, que está presente aqui, é integrante
102 do programa Paul Singer. Caso não me engane, serão designados 22 membros no estado do Paraná
103 para trabalhar especificamente com o CADSOL, entre outras questões. Esta, provavelmente, será a
104 primeira tarefa do programa. O mesmo fala que viu no chat, que o Luiz Pequeno se colocou à
105 disposição para uma reunião extraordinária, talvez com nosso grupo de cadastramento, para
106 detalharmos as especificidades do projeto e discutir o andamento com o Paul Singer. Além disso,
107 temos o grupo de validadores do CADSOL, composto por conselheiros, que também precisa se
108 reunir novamente, pois o processo de validação é essencial para o andamento do CADSOL.
109 Acredito que a Thalita pode nos corrigir, mas temos um prazo a cumprir. A Maria Luiza, que fazia
110 parte desse grupo, pode confirmar, mas é importante recolocar as pessoas no grupo de
111 validadores para garantir a retomada do CADSOL. A ideia é que o grupo esteja ativo assim que o
112 processo for retomado. O mesmo concorda com a importância dessa iniciativa da Secretaria do
113 Trabalho, mas também apoia a opinião da Maria Luiza: devemos discutir isso no âmbito do nosso
114 conselho, especialmente em relação à validação do CADSOL. Lembra que, em 2023, foi discutido
115 que o Paraná seria o estado piloto para o CADSOL, conforme acordado entre o secretário Mauro
116 Moraes e o governo federal. Portanto, acredita que deve continuar com essa vertente. O mesmo
117 havia articulado com Cássio, a possibilidade de o grupo de trabalho se deslocar pelo estado para
118 fazer o trabalho de validação do CADSOL, aproveitando as diárias disponíveis pela SUDIS e o
119 transporte da Secretaria do Trabalho. Isso permitiria um acompanhamento mais próximo e
120 eficiente. Conselheira Rosângela, levanta uma dúvida sobre a comissão do grupo de trabalho para
121 o CADSOL, relatando que em 2023 houve uma alteração no decreto que revogou a atribuição
122 dessa comissão dentro do conselho. O decreto nº 4230, de 29 de novembro de 2023, acabou
123 afetando o funcionamento dessa comissão. Na última reunião com o professor Lemos e o
124 secretário Mauro Moraes, ficou acordado que essa alteração de decreto seria revista, e o processo
125 retornaria à tramitação normal conforme estabelecido pela lei de 2018. Gostaria de confirmar se
126 essa revisão realmente ocorrerá, se a revogação da lei de 2018 não será reconsiderada, qual será o
127 impacto dessa decisão no grupo de trabalho e na aplicação de sanções relacionadas ao CADSOL? O
128 grupo de trabalho continuará existindo dentro do Conselho Estadual de Segurança e Economia
129 Popular e Solidária? Presidente Cássio esclarece que o Conselho está formalmente constituído e
130 mantém grupos de trabalho. Com a nova composição, os membros podem reorganizar esses
131 grupos sem impedimentos. Conselheira Rosângela pergunta se a revogação da lei se torna
132 inexistente? Sua pergunta é apenas para entender melhor a questão jurídica. Como é leiga nesse
133 aspecto, gostaria de esclarecimentos para garantir que o Fórum Paranaense não receba uma
134 norma técnica ou uma orientação equivocada por parte do jurídico da Secretaria. Nosso objetivo é
135 seguir corretamente as diretrizes estabelecidas pela Secretaria e pelo nosso Conselho. Presidente
136 Cássio relata não compreender qual é a relação entre a revogação da lei e o fato de o conselho
137 estar formalmente constituído. Conselheira Rosângela responde que o artigo 6º, que previa a
138 emissão de pareceres sobre a certificação de empreendimentos de economia solidária, foi
139 revogado pela nova lei proposta por Mauro Moraes. Essa lei também determinou que a
140 presidência do conselho deve ser ocupada exclusivamente por um representante da Secretaria,
141 além de revogar diversas outras disposições, incluindo a certificação. Sua dúvida é justamente
142 essa: se houve essa revogação, como fica a situação do conselho? Considera essencial que criemos
143 um grupo de trabalho para tratar desse tema, pois essa é uma das funções do conselho. No
144 entanto, diante da revogação, qual é o encaminhamento adequado? Conselheira Maria Luiza fala

145 que a Rosângela trouxe uma questão importante. A revogação da lei alterou algumas
146 competências do conselho. Precisamos retomar essa discussão e avaliar como proceder,
147 principalmente no que diz respeito às atribuições de certificação e declaração. Em outros estados,
148 o conselho funciona em parceria com o governo e a sociedade civil, sendo responsável pela
149 formação das comissões estaduais do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos
150 Solidários (CADSOL). Se essa responsabilidade passou integralmente para a Secretaria do Trabalho,
151 isso precisa ser esclarecido. Sugere que seja feita uma análise detalhada da legislação e marcada
152 uma reunião extraordinária para discutir o assunto. A mesma se dispôs em revisar seus arquivos
153 para localizar as informações relevantes. Presidente Cássio fala que diante desse
154 encaminhamento, pode verificar quais pontos foram revogados e se essas mudanças afetam as
155 competências do conselho. Também analisará a versão atualizada da lei para identificar a quem
156 cabem essas atribuições. A partir disso, elaborará uma nota técnica esclarecendo a competência
157 do conselho nesse contexto. Conselheira Maria Luiza pergunta se deve ser realizado o
158 encaminhamento formalmente? Presidente Cássio responde que o encaminhamento está sendo
159 feito nesta reunião e será registrado em ata. Após isso, providenciará a resposta. No entanto, não
160 há problema algum em reforçar a solicitação por outro meio, se necessário. Conselheiro Rodriano
161 esclarece a colocação da Maria Luiza que há algumas atribuições que ela considera essenciais para
162 o conselho. Dessa forma, seria importante que os conselheiros contribuíssem na redação da nota
163 técnica. Sugere que estabeleçamos um prazo para essa análise. Podemos definir a próxima terça-
164 feira dia 18/03 como limite para finalizarmos esse levantamento e encaminharmos a nota técnica?

165 **Item 6. IV Conferencia de Economia Solidária.** Presidente Cássio pergunta para todos do grupo
166 que compõe a comissão organizadora a data e o horário para a retomada da comissão?
167 Conselheiro Rodriano responde que as reuniões ocorriam às segundas e sextas-feiras e acrescenta
168 que Considerando o prazo apertado, já que, se não me engano, a SENAI estabeleceu 30 de maio
169 como data limite para a realização das conferências estaduais, sugere que a reunião seja realizada
170 na próxima sexta-feira dia 14/03. Acredito que a comissão deva retomar suas atividades o mais
171 breve possível. Presidente Cássio fala que na sexta-feira não estará disponível pois estará em
172 viagem, mas sugere o dia 17/03 na parte da manhã como a maioria dos membros da comissão
173 organizadora está presente, pode se definir esse horário no momento. Rodriano fala que a as
174 reuniões costumavam acontecer no primeiro horário, as 08:30 hrs, fica confirmado com todos os
175 componentes da comissão a realização da reunião dia 17/03 as 08:30 hrs, Rodriano acrescenta a
176 importância da inclusão na pauta a revisão do checklist onde esta discutido temas como os
177 investimentos para a conferência, a participação do Estado, da sociedade civil e dos municípios.
178 Presidente Cássio fala que a comissão Organizadora já havia estruturado grupos de trabalho com
179 divisões de tarefas bem definidas e publicado seu regimento interno. Agora, a única alteração
180 necessária é a definição da nova data para a Conferência Estadual. O restante das diretrizes
181 permanece como estava, e acredita que a composição dos grupos de trabalho também possa ser
182 mantida, sugere que os membros que compõe a comissão envie sugestões de pauta, para que
183 possam organizar a reunião conforme a sequência das pautas sugeridas. Luiz Alfredo pede a
184 palavra e fala que fazia parte da Comissão Organizadora como titular da comissão, e na época a
185 Liziê ainda não havia sido nomeada. Agora que seu decreto de nomeação saiu, ela assume a
186 titularidade, e eu permaneço como suplente dela na Comissão Organizadora. Tudo certo?
187 Secretária Thalita confirma. Conselheira Maria Luiza pergunta se havia ficado acordado que a
188 Comissão Organizadora não precisaria ser composta exclusivamente por conselheiros. Sendo
189 assim, acredito que, mesmo que algumas pessoas não estejam mais no Conselho, seria
190 interessante mantê-las na comissão, pois, devido ao prazo que temos, evitar mudanças nos
191 membros pode ser benéfico, a mesma pergunta para o presidente Cássio sobre o recurso do
192 estado se será fornecido para a estadia e a alimentação dos delegados? Presidente Cássio
193 responde Sobre os recursos do Estado, esse tema será tratado na reunião de segunda-feira. No

194 entanto, já adianta que não haverá custeio de transporte ou estadia para os participantes.
195 Conselheira Luiza pergunta qual será a contribuição do estado? Cássio responde que o Estado
196 fornecerá o local para o evento e o lanche dos participantes. Essa foi a disponibilidade autorizada.
197 Rodriano fala que está em linha com o que foi acordado no ano passado. O Estado assumiria a
198 mobilização junto aos municípios, recomendando, via Casa Civil e Secretaria do Trabalho, que as
199 prefeituras custeassem o deslocamento e a estadia dos conselheiros. Essa articulação já estava
200 sendo feita desde o ano passado, esse tema será discutido na reunião da comissão, mas, pelo que
201 lembro das nossas atas, a mobilização dos municípios seria feita por meio de reuniões, e-mails e
202 ofícios da Secretaria do Trabalho. Esse trabalho já havia sido alinhado com o Cássio e o DG e a Casa
203 Civil. Conselheiro Rodriano solicita que fosse registrado em ata o restabelecimento dos grupos de
204 trabalho. Além disso, seria importante verificar com a Secretaria do Trabalho o acesso aos grupos
205 de WhatsApp que foram criados, pois acredita que os contatos estejam armazenados no celular do
206 Cager. Isso facilitaria a retomada das discussões e agendas. Conselheira Rosângela fala que foi
207 enviado um e-mail do Fórum Paranaense contendo um ofício com a sugestão de realização da
208 Conferência Estadual entre os dias 12 e 15 de maio. Também informamos que já temos a acolhida
209 do município de São José dos Pinhais, o que nos garante uma estrutura pronta para o evento.
210 Cássio responde que todas essas sugestões serão levadas à Comissão Organizadora para discussão.
211 Já temos também uma sugestão de espaço gratuito do Estado, que será analisada na reunião de
212 segunda-feira. Luiz pequeno pede a fala, o mesmo se apresenta dizendo que faz parte do Conselho
213 Municipal de Economia Solidária pelo empreendimento Associação Utopia. Também integra a
214 coordenação, junto com Janyele, do programa Paul Singer. Fica feliz que o Conselho tenha
215 retomado suas atividades, pois essa colaboração entre os diversos segmentos é essencial para
216 fortalecer a economia solidária, o mesmo fala que a realização da conferência é de extrema
217 importância, e a sociedade civil está comprometida em garantir sua efetivação. No entanto, não é
218 aceitável que o Estado contribua apenas com o fornecimento de lanches, considerando que a
219 organização de um local para o evento é uma tarefa simples, dessa forma solicita-se que o governo
220 estadual assegure os recursos necessários para viabilizar a participação de representantes do
221 interior, especialmente porque a conferência já estava prevista desde o ano anterior. A falta de
222 orçamento não deve ser um impedimento, uma vez que sempre há disponibilidade financeira para
223 eventos dessa magnitude, conforme demonstrado por outras administrações municipais, como
224 Curitiba. Durce reforça que a conferência começou a ser planejada em 2023 e que, ao longo do
225 tempo, houve postergações sucessivas sem um comprometimento efetivo por parte do Estado.
226 Conselheira Maria de Fátima também manifesta surpresa diante da alegação de ausência de
227 recursos, pois, segundo as últimas informações da comissão organizadora, havia um montante de
228 R\$ 50.000 previsto para o evento, confirmado por diversas reuniões e por representantes da
229 Secretaria, o local sugerido para a conferência, a Associação Banestado, já havia sido pré-aprovado
230 devido à sua infraestrutura adequada para plenárias, salas de trabalho e alimentação, além da
231 possibilidade de realizar uma feira no espaço. Contudo, o encaminhamento oficial para a
232 contratação do local e a liberação dos recursos ainda não ocorreram, diante disso, questiona-se o
233 destino do valor que anteriormente estava previsto para a conferência. Presidente Cássio esclarece
234 que todas essas questões serão discutidas na reunião da comissão organizadora e que as
235 informações sobre recursos podem ser verificadas nos canais de transparência do Estado.
236 Conselheiro Rodriano reforça que o recurso de R\$ 50.000 havia sido mencionado como um
237 montante disponível para dispensa de licitação. A dúvida que persiste é se esse valor será, de fato,
238 utilizado para a realização da conferência ou se houve alguma mudança no planejamento
239 financeiro da Secretaria. Conselheira Maria de Fátima destaca que, ao longo das inúmeras reuniões
240 da comissão organizadora, foi confirmado um montante de R\$ 50.000 para viabilizar a conferência.
241 No entanto, a formalização do contrato com a Associação Banestado, responsabilidade do Estado,
242 não foi concluída, o que compromete o andamento do evento. A falta de informações concretas

243 gera incertezas e pode resultar em retrocessos no planejamento. Conselheiro Rodriano sugere
244 que, na reunião da comissão organizadora, seja retomado o checklist das necessidades para a
245 conferência, destacando não apenas os recursos financeiros, mas também o apoio do Estado na
246 articulação com outros atores envolvidos. Conselheiro Valdenir ressalta que, estando já na metade
247 de março, captar recursos junto a outras secretarias para um evento em maio é inviável, dado o
248 tempo necessário para tramitação financeira e a iminente mudança de secretariado. Ele também
249 alerta para a dificuldade dos municípios em custear hospedagem e alimentação dos participantes,
250 mencionando a experiência da conferência de segurança alimentar, cuja organização demandou
251 quase um ano. Presidente Cássio confirma que todas essas questões serão debatidas na reunião da
252 comissão organizadora, que ocorrerá na segunda-feira. Não havendo mais nada a ser debatido
253 **Cássio Strapasson** deu por **encerrada** às 15:20 hrs a 25ª Reunião Ordinária do CEES e eu, **Thalita**
254 **Renata de Oliveira**, lavrei o presente ata. Curitiba, 26 de março de 2025.